

**Veículo:** Gazeta do Povo  
**Seção:** Vida e Cidadania  
**Data:** 17/04/09  
**Pág.:** 04  
**Local:** PR

## VIDA E CIDADANIA

Sexta-feira, 17/04/2009  
Rodolfo Bühner/Gazeta do Povo



Atendimento no Erasto Gaertner: crise agravou dificuldades já normalmente enfrentadas pelos hospitais que atendem pelo SUS  
SAÚDE PÚBLICA

# Crise econômica afeta hospitais

Instituições públicas e filantrópicas revisam orçamento e cortam gastos para manter o atendimento durante o aperto financeiro

Publicado em 17/04/2009 | JENNIFER KOPPE

Enfrentar crises não é novidade para os hospitais que atendem usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A maioria convive com a falta de recursos e com o subfinanciamento crônico, desde que o sistema, que completou 20 anos em 2008, foi criado. A crise econômica mundial, entretanto, agravou estes problemas e deixou gestores e funcionários em estado de alerta.

De acordo com o presidente da Federação dos Hospitais do Paraná (Fehospar), Renato Merolli, por enquanto não há risco de paralisação dos hospitais da capital e tudo está sendo feito para que o atendimento não seja prejudicado. O 4º Fórum Paranaense de Gestão Hospitalar, que termina hoje, promovido pela Associação Paranaense de Instituições Hospitalares (APIH) em Curitiba, discute justamente a sobrevivência dos hospitais durante este período de incertezas.

Como explica o médico Marcos Bosi Ferraz, coordenador do Centro Paulista de Economia da Saúde da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), convidado do evento, os hospitais sofrem pressões de todos os lados: "Dos planos de saúde, que precisam lidar com atrasos e falta de pagamento; do governo, que está arrecadando menos impostos; e dos fornecedores de medicamentos e materiais que, por causa da variação cambial, aumentaram os seus preços".

"Nós nunca saímos da crise. Mesmo com a economia estável, sempre precisamos correr atrás do prejuízo. Mas neste ano, apesar do planejamento e do nosso modelo de gestão, houve um agravamento dessas dificuldades. O nosso maior problema tem sido o aumento dos preços de materiais e medicamentos importados, causado pela inflação e pela alta do dólar. De setembro do ano passado até agora, o preço desses produtos subiu entre 10% e 12%", conta Flávio Tomasich, superintendente do Hospital Erasto Gaertner.

Outro fator que tem preocupado os hospitais filantrópicos, que oferecem atendimento público e particular, é a diminuição da receita que vinha dos atendimentos aos beneficiários dos convênios médicos. De acordo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar, existiam no Brasil, até dezembro do ano passado, 41 milhões de usuários de planos de saúde. Mais de 80% desses planos são pagos por empresas. "Uma crise econômica causa desemprego, afeta a renda familiar e o primeiro gasto que se corta é o pagamento do plano. Desde o fim do ano passado houve uma diminuição de cerca de 10% dos internamentos via convênio nos hospitais que administramos", conta Álvaro Luis Lopes Quintas, diretor-geral da Aliança Saúde, da qual fazem parte o Hospital Universitário Cajuru e a Santa Casa de Misericórdia.

A crise provoca a diminuição no número de atendimentos particulares, e, conseqüentemente, o aumento dos atendimentos pelo SUS, como explica o diretor clínico do Hospital Pequeno Príncipe, Donizetti Giamberardino Filho. "Enquanto a receita vinda dos planos de saúde – que garante a nossa sobrevivência – diminui, os gastos com o SUS aumentam. Cerca de 60% dos nossos atendimentos são pelo SUS, que, por sua vez, só cobre 60% desses gastos. É uma equação difícil de resolver", observa.

As convenções coletivas de trabalho, em negociação entre os meses de abril e maio, podem complicar ainda mais a situação das instituições de saúde. "Não há como negar o reajuste aos servidores, mas não temos condições de dar um aumento entre 8% e 10%", afirma Álvaro Quintas.

#### Próximos passos

Para prevenir que a crise econômica prejudique o atendimento aos pacientes da saúde pública, os maiores hospitais da cidade estão, desde o início do ano, tomando uma série de medidas para gastar menos e arrecadar mais. Giamberardino Filho, do Pequeno Príncipe, conta que, graças aos programas de captação de recursos e de renúncia fiscal, tem sido possível manter as doações. "Infelizmente, não conseguimos aumentar a nossa receita na mesma proporção dos reajustes de preços. Já tivemos de cancelar alguns projetos e, ao invés de adquirirmos novas máquinas, optamos por consertar as antigas."

O médico Constatino Miguel Neto, diretor-geral do Hospital Evangélico, explica que, para driblar a falta de crédito bancário, cada vez mais escasso, planeja-se um corte de 20% nas despesas. "Precisamos fazer essa economia para não suspender serviços. Mas, em um hospital, quase nada é supérfluo. Além disso, não é possível substituir o bom pelo mais ou menos. Na pior das hipóteses, teremos de cortar o atendimento em setores com o menor número de emergências", alerta.

### Problemas

Principais impasses enfrentados pelos hospitais:

#### Planos de saúde

- A diminuição da receita vinda da saúde suplementar: 81% dos planos de saúde são empresariais. Com o aumento do desemprego, muitos estão migrando para o Sistema Único de Saúde (SUS).

#### SUS

- O conseqüente aumento dos atendimentos pelo SUS: os hospitais recebem do governo apenas 60% do valor gasto com os atendimentos e terão de gastar mais porque o número de usuários do sistema tende a aumentar.

#### Dólar

- O reajuste de preços: com a valorização do dólar e a alta da inflação, medicamentos, materiais especiais como próteses e órteses, além dos equipamentos – que precisam ser renovados periodicamente – ficaram mais caros.

#### Salários

- O reajuste de salários: a época é de negociação salarial para os funcionários da saúde. Muitas instituições revelaram não ter condições de pagar além do reajuste da inflação.

#### Medidas

- O que será feito para amenizar os efeitos da crise:

#### Revisão de orçamentos.

- Conserto de equipamentos antigos e o cancelamento da aquisição de novas máquinas.

- Corte de 10% a 30% em despesas e planos de investimento.

- A suspensão de alguns serviços médicos, caso a crise se agrave.

## Cirurgias programadas são suspensas em Foz

Publicado em 17/04/2009 | FABIULA WURMEISTER, DA SUCURSAL

Foz do Iguaçu - A queda na arrecadação, causada em grande parte pela redução de 11,5% no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), forçou a direção do Hospital Municipal de Foz do Iguaçu a fechar temporariamente o centro cirúrgico, suspendendo as cirurgias eletivas (programadas) de média complexidade. A medida tem como objetivo evitar que os serviços de saúde de maior demanda sofram os reflexos da crise financeira global. O caso está sendo acompanhado pelo Ministério Público.

Com uma média de cinco intervenções por dia, pelo menos 100 cirurgias nas áreas de dermatologia, ortopedia, vascular e neurológica deixarão de ser realizadas. Segundo o diretor-geral do hospital, Roberto Almeida, o problema não está no centro cirúrgico, mas na falta de funcionários para outros setores. "Os 11 contratados são suficientes para aquela demanda específica. Mas existe um déficit em outros setores, em especial de auxiliares de enfermagem, o que acaba afetando toda a rotina do hospital."

#### Desativação

Essa carência, afirma Almeida, forçou a direção a adotar medidas de readequação da estrutura às urgências. Os funcionários que vinham trabalhando no centro cirúrgico passaram a atender no Pronto-Atendimento e na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), setores tidos como prioritários. O corte de gastos implicará também na desativação de leitos de pré e pós-operatório. Na mesma linha, será reduzido em quase metade o número de leitos de pediatria – dos atuais 32 para 14 – e de clínica médica – de 54 para 30.

O problema, justifica o diretor, estaria no modelo de gestão do hospital que impede a contratação de funcionários por mais tempo sem a obrigatoriedade de aprovação em concurso público. Com contratos temporários vencidos, pelo menos 60 auxiliares tiveram que deixar as funções, levando outros à sobrecarga de trabalho e horas extras a fim de dar conta dos atendimentos.

Para o presidente do Conselho Municipal de Saúde, Ricardo Foster, a população não pode ser penalizada. "Algumas pessoas estavam há mais de um ano na fila para a cirurgia e agora terão que esperar sem saber até quando." Foster alega que a falta de funcionários poderia ter sido resolvida ao longo dos últimos dois anos, prazo de vigência dos contratos temporários.

# Em Paranaguá, faltam médicos especialistas

Publicado em 17/04/2009 | FELIPE LESSA, CORRESPONDENTE

Paranaguá - Inaugurado em fevereiro com objetivo de amenizar os problemas da saúde pública do litoral paranaense, o Hospital Regional de Paranaguá não tem especialistas suficientes para atender à população. Atendimentos obrigatórios, como o de obstetras, não contam com plantão de 24 horas. Conforme informações não confirmadas pela direção do hospital, dois bebês morreram nas últimas semanas por falta de neonatologistas.

Na tarde de quarta-feira, uma gestante teve início das contrações do parto no Pronto-Socorro, precisando aguardar a chegada de um obstetra chamado às pressas para o nascimento do bebê. Faltam também neurologistas de plantão. A desempregada Luciana Rodrigues Ferreira, de 40 anos, afirma que seu filho, vítima de um acidente do moto no sábado, teve traumatismo craniano e até a tarde de ontem não havia recebido atendimento especializado. "Esse hospital é muito bonito na fachada. Porém, lá dentro, é outra coisa. Meu filho está na UTI e ainda aguarda para fazer uma tomografia. Não tenho condições de pagar atendimento particular. E se ele morre? Fica assim?", revolta-se. Funcionários afirmam que existe um tomógrafo no HR. Porém, ele ainda não foi instalado.

A direção do Hospital Regional foi procurada para dar esclarecimentos e não foi encontrada. A Secretaria de Saúde do Paraná (Sesa) admite que o problema existe e, em nota, afirmou que "houve um problema com a diminuição no quadro de médicos especialistas nos últimos dias." E que "todas as medidas necessárias para a contratação de novos médicos especialistas já estão sendo tomadas".

A secretária de saúde de Paranaguá, Izolda de Barros Maciel, afirmou que o atendimento básico e preventivo está sendo realizado em unidades ambulatoriais da cidade.